

Izabel Sadalla Grispino *

Projetos de sistemas diferenciados de avaliação para o ingresso ao ensino superior continuam surgindo e se ajustando à identidade, às características das instituições, diversificando as oportunidades de acesso a esse grau de ensino.

O vestibular, a tradicional prova de ingresso às faculdades, que no Brasil remonta a 1911, deixou de ser obrigatório pela última Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 394/96). As universidades, hoje, têm liberdade de escolher seu próprio sistema de avaliação, de decidir qual a melhor opção para sua estrutura educacional. Há, mesmo, os que defendem a eliminação do vestibular ou de qualquer outra forma de seleção. Apoiam-se em países cuja realidade é bem distante da nossa, como, por exemplo, na América Latina, o México e a Argentina.

Na verdade, processos de seleção são inevitáveis em sistemas de ensino, organizados em séries, como é o nosso. Quanto mais qualificada a escola superior, quanto mais alto o seu grau de ensino, maior rigor nas provas de seleção e mais seletivo o seu ingresso. Há casos de faculdades menos conceituadas, em que o exame de seleção não passa de um engodo. O que mais precisam é de alunos, pois, dependendo da área, há mais vagas que pretendentes.

Uma inovação foi o **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)** criado pelo MEC em 1998 para avaliar as habilidades e as competências adquiridas pelos estudantes no fim da educação básica, dando, também, às universidades a oportunidade de usar o resultado da avaliação como um dos critérios de seleção dos candidatos.

O Enem não deixa de ser uma boa opção e parece estar sendo bem recebido por educadores e alunos. Esse exame tem similar nos Estados Unidos, onde o processo de seleção inclui, além dos testes aplicados, a análise do histórico escolar do aluno, em que se verificam as notas obtidas durante o ensino médio, a carga horária das disciplinas e a escola em que o aluno estudou. O aluno deve apresentar, ainda, um projeto, uma espécie de ensaio sobre sua vida e

o que pretende com a universidade.

Sobre o Enem já discorri, em artigo publicado recentemente por este jornal.

Há outro projeto, a “**Avaliação Progressiva**”, que chegou a tramitar no Conselho Nacional de Educação, mas houve pouca divulgação. Trata-se de um processo de seleção ao ensino superior, feito ao longo dos 3 anos do ensino médio. Seria um escalonamento do vestibular em 3 séries, transformando o ensino médio numa transição para o ensino superior. Há práticas, nessa linha, em algumas poucas universidades brasileiras, com a “Santa Maria”, no Rio Grande do Sul, e a Universidade de Brasília. Diferente do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que tem sua prova de seleção somente no final desse ensino, a “Avaliação Progressiva” se faz em todos os 3 anos do ensino médio. Se tomarmos o vestibular como referência, esta proposta de “Avaliação Progressiva” é, sem dúvida, mais flexível, menos estressante e oferece mais oportunidades ao aluno, eliminando, com suas avaliações periódicas, o temor da avaliação única. Além disso, a apuração dos conhecimentos limita-se ao conteúdo especificamente ministrado ao longo do ensino médio, não havendo necessidade de o aluno recorrer a estudos extras ou a cursinhos.

Em princípio, parece ser uma boa proposta de acesso ao ensino superior, porém tem suscitado controvérsias entre educadores que questionam o conceito maior da educação desse nível de ensino, ou seja, a formação básica da cultura geral. Esse processo de seleção acarretaria a obstrução das etapas normais do desenvolvimento das faculdades intelectuais, das faculdades formativas de valores e atitudes. Sobre o aspecto amplo da formação do aluno, dir-se-ia que este processo de avaliação periódica seria um aniquilador do ensino médio. Roubaria do aluno o tempo destinado à leitura suplementar, à pesquisa, pré-requisitos essenciais à formação integral e à atuação plena do futuro profissional. Sabe-se, hoje, que atrás do bom desempenho, de qualquer função, está, grandemente, o bom domínio do conhecimento geral.

Por exigência do mercado, é freqüente a extinção de uma função e o surgimento de outras, como, em nossos dias, a da informática, das relações internacionais, do comércio exterior, do turismo... e é justamente o conhecimento amplo e diversificado que vai ajudar o profissional a passar de uma ocupação para outra.

Com o sistema de “Avaliação Progressiva”, o ensino médio reduzir-se-ia a um curso preparatório para o ensino superior, com uma sucessão de provas e adestramento para elas, o que provocaria ao aluno mais prejuízo que o tão decantado vestibular. A preocupação com a

deformação da aprendizagem na sua utilização específica de preparar alunos para o ensino superior vem de longe. Francisco Campos, em 1931, escrevia, a respeito do então ensino secundário: “O ensino secundário tem sido considerado como um simples instrumento de candidatos ao ensino superior, desprezando-se, assim, a sua função eminentemente educativa, que consiste, precisamente, no desenvolvimento das faculdades de apreciação, de juízo e de critério, essenciais a todos os ramos da atividade humana (...) Assim, o ensino secundário (...) perdeu as suas características próprias e específicas (...) passando a ser de finalidade exclusivamente utilitária, despido de finalidade interna, fundamentalmente educativa. A última fase desse processo de degeneração do ensino secundário (...) o transformou em mera chancelaria de exames”.

VESTIBULAR – O exame vestibular continua sendo o grande processo de seleção ao ensino superior, o que responde, ainda, pela formação de calouros nas universidades públicas. Sobre ele falaremos na próxima semana.

* **Supervisora de ensino aposentada.** □ □ □ □ □
(Publicado em outubro/2000)